



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 17 | Nº. 32 | Jan./Jun. de 2025

HISTÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS.

Os artigos que compõem o dossiê “História e Movimentos Sociais” apresentam uma diversidade de pesquisas nas áreas da história social do trabalho, história indígena, história da educação e movimento negro no Brasil, bem como, história dos movimentos sociais do campo e de movimentos populares, de cunho católico progressista, forjados no contexto da Teologia da Libertação e no período da ditadura militar brasileira. Situam-se, também, as experiências políticas vivenciadas em um município do interior do sul do Brasil, no alvorecer do século XXI, impulsionado pelo fenômeno das Jornadas de Junho. Nessa apresentação dos artigos tenta-se, na medida do possível, aproximar as temáticas e as temporalidades. A quantidade de textos desse dossiê, a pluralidade dos temas e a diversidade espacial indicam o quanto os movimentos sociais configuram um campo de pesquisa cada vez mais potente e atual.

Nesse sentido, o primeiro artigo do dossiê intitula-se: “Memória, História e Resistência: a importância da preservação dos acervos de movimentos sociais”, de Carolina Martins Saporetti, que traz à baila o debate em torno da preservação dos acervos dos movimentos sociais, pois esses acervos registram documentos e memórias que relatam ações coletivas, lutas e conquistas desses movimentos ao longo do tempo. Na perspectiva da autora, a preservação dos acervos dos movimentos sociais “é um componente crucial para que as memórias de resistência não desapareçam”. Com uma abordagem bibliográfica, ao longo do texto, são exemplificados vários arquivos e núcleos de documentação que guardam e preservam a memória e a história de movimentos sociais no Brasil, com destaque para o Centro de Conservação da Memória e o acervo do DCE UFJF, criado em 2014 e que guarda uma gama de documentos de diferentes natureza acerca da trajetória de lutas do Diretório Central dos Estudantes da UFJF.

Na sequência, o artigo “Pensando e repensando um movimento social conservador e reformista”, de Eduardo Oliveira Parente, traz contribuições aos estudos da História Social do Trabalho no Brasil, e especificamente, no Ceará, ao abordar a trajetória da Legião Cearense do Trabalho (LCT) na década de 1930, do qual vai arregimentar diferentes associações de trabalhadores, e apoio da Igreja Católica. A LCT procurou um modelo corporativista em sua organização, rejeitou o liberalismo e o socialismo, defendendo os direitos sociais e econômicos dos trabalhadores em uma perspectiva de representação reformista e conservadora, através da legislação social e trabalhista do Governo de Getúlio Vargas no período. Para a LCT uma nova ordem social deveria ser construída, onde a economia deveria estar sob orientação de valores morais e da intervenção estatal de forma controlada, embora que sua participação em atividades grevistas e movimento de trabalhadores na capital e cidades do interior era algo recorrente. Um ponto relevante do texto é quando discute que a maioria dos seus membros não aceitavam uma hierarquia unidirecional das lideranças do movimento, do qual momentos de negociação e confrontos criava uma relação mais dinâmica dentro da própria LCT.

O artigo “Passeatas da Fome: a participação dos sertanejos alocados na Hospedaria Getúlio Vargas em Movimentos Sociais (Ceará, década de 1950)”, da autora Renata Felipe Monteiro, remonta ao contexto das secas do Ceará, em

especial, durante a década de 1950, em que os retirantes buscavam abrigo provisório na Hospedaria Getúlio Vargas, em Fortaleza, na espera do alistamento para o trabalho na Amazônia. A partir das notícias de jornais da época, a autora aborda a organização de Passeatas da Fome, realizadas no ano de 1951, em que sertanejos e sertanejas denunciavam a fome intensa e o descaso das autoridades com a situação vivenciada na hospedaria.

Ainda na conjuntura das secas do Nordeste, especificamente, no período final da ditadura militar, o autor Francisco Ramon de Matos Maciel traz um artigo intitulado: “Um Cláudio, de 25 anos, imitou Robin Hood”: ações coletivas e política popular de agricultores nordestinos na seca de 1979-1983”, em que se evidenciam as formas de agenciamento de trabalhadores rurais para as frentes emergenciais espalhadas pelos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Em um contexto de fome extrema, migração e arbitrárias relações de trabalho, os agricultores agem de modo coletivo e reinventam modos de fazer “política popular”.

O artigo de Edilson Cavalcante Fialho também aborda o período da ditadura militar no Brasil, a partir de um recorte espacial urbano. Com o título: “Estudar sobre os trabalhadores bancários cearenses, suas organizações e suas práticas durante a ditadura militar brasileira”, o autor traz à lume a atuação dos bancários como uma categoria de trabalhadores organizada ao enfrentamento à ditadura militar brasileira. Através da pesquisa realizada em processos trabalhistas e processos da Comissão de Anistia Wanda Sidou, bem como, por realização de entrevistas orais, o autor destaca as tensões sofridas pela categoria durante o período ditatorial, em que seu sindicato sofreu intervenções, e como forma de represália, alguns bancários (e bancárias), considerados subversivos, passaram por demissões, e perseguições, sendo impedidos do direito à ascensão funcional, até mesmo, sofrendo prisões e torturas.

No contexto da Teologia da Libertação, que inspirou muitas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs no Brasil, bem como, o protagonismo de uma Igreja-Povo, situa-se o artigo “Entre a Memória, a História e a Historiografia de Movimentos Populares dos anos 1970 e 1980: o caso do IAJES”, de Mariana Esteves de Oliveira. A autora recupera como o Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor – IAJES, uma entidade católica progressista, atuou como uma entidade guarda-chuva na organização das CEBs e de movimentos sociais, em

Andradina-SP e região, entre 1969 e 1996, impulsionando a atuação popular em movimentos de protesto contra a carestia, movimento de mulheres, movimento de bairros, entre outros. A riqueza dessas experiências de organização social e política, mas também, religiosa, encontra-se no relevante acervo documental do IAJES. Através de uma pesquisa exploratória em plataformas como no Google Scholar, BDTD e Catálogo CAPES, este artigo evidencia um panorama historiográfico dos temas mais pesquisados no decorrer dos últimos vinte anos, a partir do acervo do IAJES, contabilizando 61 produções encontradas.

No artigo “Organizações comunitárias em rede: articulações, espaços de luta e projeto político”, a autora Vera Lúcia Silva aborda o Serviço de Promoção Humana, - SPH, uma potente experiência social, também, forjada no contexto da Teologia da Libertação, atuando em Camocim, região litorânea do Ceará. O SPH promovia uma articulação entre as Associações Comunitárias de Camocim, o que resultou na criação de *Encontros de Entidades Comunitárias – ENECOM*, que passaram a acontecer regularmente, congregando diversos sujeitos populares com o intuito de lutar por melhorias das condições de vida e de trabalho, no contexto político vivenciado nas décadas de 1980/90 do estado do Ceará, em que a agenda neoliberal e de desmobilização das ações populares e comunitárias chegava juntamente com o propalado Governo das Mudanças.

No artigo “Assentamento 08 de Outubro: entre os anais da história e as páginas da memória”, Verônica Nogueira Andrade Nascimento analisa o processo de formação, bem como, os dois primeiros anos de desenvolvimento do Assentamento. A autora utiliza a metodologia de História Oral, combinada com a pesquisa documental em Cartórios e em Associações. Outro aspecto investigado são as práticas agrícolas e o seu impacto no desenvolvimento da economia local. Ao longo do texto evidencia-se o Assentamento 08 de Outubro como parte das lutas e conquistas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo considerado um marco da reforma agrária para o município de Simão Dias, em Sergipe.

Já no cenário internacional, o texto “Kurdish National Movement in Iraq (1960-1980)” / “Movimento Nacional Curdo no Iraque (1960-1980)”, de Dogus Beyaztas, analisa a evolução do movimento de resistência curda no Iraque, entre as décadas de 1960 e 1980, destacando a transição de revoltas tribais para uma organização política estruturada. Impulsionado pela violência estatal e políticas

assimilacionistas, o movimento viu a integração de curdos urbanos e tribais que contribuíram para formar uma identidade curda coesa, à exemplo, as ações de Mullah Mustafa Barzani, e outros líderes urbanos, que foram fundamentais para o sucesso do movimento, utilizando suas conexões com as bases tribais. Superando as divisões internas, o movimento explorou tensões entre pan-arabismo e nacionalismo iraquiano, consolidando a identidade curda contra a opressão do Estado-nação árabe. Assim, o movimento curdo sofreu uma transformação significativa, passando de revoltas não organizadas para um movimento coeso com reivindicações políticas claras.

O texto “O Movimento Social Indígena Aty Guasu em Luta pelos Direitos Humanos Universais”, autoria de Carlos Roberto da Silva, analisa o papel do movimento social indígena Aty Guasu na defesa dos direitos humanos dos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, frente às contínuas violações dos seus direitos, especialmente territoriais, e a negligência do Estado Brasileiro. Os Aty Guasu denunciam a expropriação, violência, assassinatos e suicídios entre jovens, além da marginalização intensificada pelo agronegócio. Discute também as tensões entre os direitos indígenas e os Direitos Humanos, tendo esse último, a tendência de homogeneizar direitos e desconsiderar as especificidades culturais, coletivas e espirituais dos povos originários. Além disso, o tema da ancestralidade aparece como um instrumento de luta política e temporal, pois analisa o vínculo contínuo dos ancestrais indígenas e seus territórios, ao longo da história da sociedade brasileira.

Outro artigo em destaque é a “A Trajetória do Movimento Negro na formação sócio histórica brasileira: resistências, lutas e transformações”, da autora Adrielle Gonçalves Santos. O texto de caráter historiográfico aborda as ações do movimento negro na formação histórico-social do Brasil, ressaltando sua importância na luta contra a desigualdade racial e sua conexão com a história brasileira. Utilizando-se do método materialista histórico dialético discorre acerca da resistência negra, desde o período da escravidão até a consolidação do movimento negro no século XXI. Aborda também as conquistas recentes, como as demandas por ações afirmativas e políticas de igualdade social, que são frutos da organização do movimento nas décadas de 1970-80, durante o período de redemocratização do país.

Outro texto relevante nesse dossiê que faz a interface entre a história do movimento negro e a história da educação é “Da Perspectiva Sankofa: a Frente Negra Brasileira e educação na década de 30 do século XX”, de Tairine Cristina Santana de Souza, que traz o papel da mobilização da população negra no Brasil, especialmente na década de 1930, em relação à luta contra discriminação racial e o resgate histórico-cultural através da educação. Utilizando-se da perspectiva de Sankofa (ideograma que significa voltar e buscar), que sugere o conhecimento do passado cultural africano e afro-brasileiro, importantes para viver o presente e planejamento do futuro. A Frente Negra Brasileira vai utilizar-se dessa ferramenta como forma de valorizar a educação da população negra, sendo as ações educacionais raciais um dos pilares da própria trajetória do movimento negro no Brasil.

“Saudações de uma Terra de Povo Firme e Mulheres de Luta”: a luta das mulheres de Apodi contra o ‘Projeto da Morte’”, de Sarah Gois, aborda a luta e resistência feminina, organizada a partir do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais de Apodi, em que elaboraram um conjunto de cartas enviadas à presidenta Dilma Roussef, solicitando o cancelamento do projeto de Irrigação Santa Cruz Apodi. Tal projeto evidencia o fortalecimento do agronegócio na cidade de Apodi, Rio Grande do Norte.

Maria Clara de Paula Diniz é a autora do artigo “Movimentos e Lutas LGBTQ+ no Brasil: organização, embates e conquistas”, em que faz uma historicização da homossexualidade desde o período colonial, com o intuito de demonstrar a presença de sexualidades dissidentes em diversos períodos da História, contrapondo-se à ideia de que a homossexualidade é recente. No decorrer do texto, a autora analisa o surgimento do Movimento LGBTQ+ no Brasil, entre avanços e retrocessos, destacando suas principais pautas e reivindicações ao longo dos anos 1970 até 2020.

“Movimento Estudantil e suas (Re)existências”, de Ana Beatriz Ferreira de Oliveira, aborda a atuação de estudantes da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) organizados em torno do Centro Acadêmico de História Lagoa Amarela e do Diretório Central dos Estudantes 17 de setembro, na conjuntura da passagem dos Governos FHC, com sua agenda neoliberal, para os Governos LULA, o que representava a esperança de novos tempos, na altura dos anos 2000 a 2002. A partir de fontes documentais das entidades representativas, a

autora destaca a luta estudantil por uma Universidade Pública e de qualidade, no fazer-se de um movimento social de caráter interseccional.

Sobre uma história do movimento anarquista, o artigo “A Ecologia Anarquista: Ideias e Práticas do Socialismo Libertário sobre Natureza e Sociedade”, dos autores Kauan Willian dos Santos e Arthur Guimarães de Oliveira Castro, aborda a relação entre natureza, ecologia e sociedade no contexto do socialismo libertário. Examina as contribuições de notáveis teóricos anarquistas como Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin e Élisée Reclus, e se aprofunda na formulação de Ecologia Social de Murray Bookchin. O texto explora o anarquismo por meio de dois processos revolucionários significativos: a Revolução Mexicana e a Revolução Ucraniana, destacando práticas ecológicas adotadas por ativistas e organizações. Argumenta que a tradição socialista libertária fornece *insights* relevantes para os debates contemporâneos sobre questões climáticas, estendendo-se além dos círculos de esquerdas para discussões sociais mais amplas.

Encerrando o dossiê, o artigo “Das capitais ao interior: as manifestações de 2013 em Três Passos, RS”, com autoria de Luiz Henrique Grolli-Ivanowski, evidencia o fenômeno das Jornadas de Junho a partir de fontes primárias, como mídias locais, blogs, entre outros, e pela abordagem das “teorias de ciclos de protestos”, tanto numa perspectiva de estruturação e atuação nacional, nos grandes centros urbanos, como São Paulo, quanto busca entender como a dinâmica desses protestos chegam até o interior gaúcho e articulam as tendências nacionais com as demandas locais. Nesse sentido, o autor evidencia o “processo de hibridização” resultante da interiorização das manifestações de 2013, o que significa dizer que não se reproduziu meramente as pautas nacionais, mas se hibridizavam demandas nacionais, como a questão da corrupção, com questões locais, como reajustes salariais de servidores públicos.

Esse número da Revista Historiar ainda conta com instigantes artigos que compõem a sessão tema livre, bem como, uma resenha. Por fim, o leitor encontrará uma potente entrevista com a professora doutora Adelaide Gonçalves, da Universidade Federal do Ceará - UFC. Portanto, deseja-se uma boa leitura a todos e todas!

Francisco Ramon de Matos Maciel

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

francisco_ramon@uvanet.br

Tyrone Apollo Pontes Cândido

Universidade Estadual do Ceará – UECE / FECLESC

tyrone.candido@uece.br.

Viviane Prado Bezerra

Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

viviane_prado@uvanet.br